



Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo
Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Renato Rodrigues da Silva¹

A Idade Média entre historiografia, ocidente e branquitude: o caso do Anglo-Saxonismo

The Middle Ages between Historiography, the West and Whiteness: the case for
Anglo-Saxonism

Resumo:

O século XIX foi o palco de um longo processo de afirmação dos estados-nação na Europa, de construção de uma História científica, do imperialismo, e do pensamento racial de forma mais delineada. O presente artigo intenciona abordar o entrelaçamento entre estas questões, em especial sobre o papel da Idade Média na construção do “Ocidente” e da branquitude. O artigo irá se concentrar em um estudo de caso para debater este tema de forma mais aprofundada, e este estudo de caso será o da Inglaterra Anglo-Saxônica. A principal hipótese do artigo é que a historiografia sobre a Idade Média foi fundamental na confecção do ocidente (entendido como branco), e que o anglo-saxonismo foi um dos elementos-chave nesta construção.

Palavras- chave:

Idade Média; Ocidente; Branquitude

Abstract:

19th century was the context in which nation-states were built across Europe, at the same time that scientific History, imperialism and racial thought were outlined. The current article aims to address the entanglement between such questions, paying special attention to the role of the Middle Ages on the making of the ‘West’ and of whiteness. The article will focus on a case study to debate this theme in detail. This case study will be Anglo-Saxon England. The main hypothesis of the article is that historiography about the Middle Ages was crucial on the elaboration of the West (understood as white), and that Anglo-Saxonism was one of its key elements.

Keywords:

Middle Ages; West; Whiteness

¹ PhD pela University of Leicester, atualmente pós-doutorando em História no PPGH – Unifesp, em Guarulhos. Membro do Centro Ciro Cardoso de estudos Pré-Capitalistas (CCCP-Prék). E-mail: silvarrenato@gmail.com

1. Introdução

Em um texto publicado em 2002 na revista *The National Review*, o classicista e professor de Stanford Victor Davis Hanson defendia que o oriente continuava estereotipando o ocidente, dizendo que orientais são incapazes de entender a natureza intrínseca do ocidente – dentre elas, a capacidade de falar livremente. E que mesmo o mais ignorante dos americanos saberiam definir do que se trata sua própria cultura do que o “mais sofisticado” dos intelectuais de origem no Oriente Médio (Hanson, 2002). Se antes dos ataques do 11 de setembro o referido professor já demonstrava grande entusiasmo em entender o chamado “excepcionalismo ocidental”, este interesse cresceu exponencialmente após estes eventos (Hanson, 2002). A linha de continuidade deste raciocínio ao longo do tempo levou o mesmo professor a escrever um livro defendendo o governo de Donald Trump, assim como, em seu podcast, chamar as pessoas que defendem a seriedade da pandemia do Sars-Covid-2 de “Jihadistas da COVID” (“Episode 44”, 2020; Hanson, 2019).

A discussão sobre a construção do que é ocidente e de estereótipos apontada por Hanson não é por acaso. Desde a publicação de “*Orientalismo*” no final dos anos 1970, existe um amplo debate sobre o papel da imagética (e dentro dela, dos estereótipos) que o ocidente precisou produzir a respeito do oriente (Said, 2010). Uma parte fundamental deste processo é o estabelecimento caricatural de “outros” na construção de um “nós” positivado. Apesar de muito criticado desde sua primeira edição por motivos diversos, impressiona como as reflexões do livro de Said encontram solo fértil na retórica política do mundo pós 11 de setembro. Porém, a crítica aos “modelos ocidentais” não ficou inerte; pelo contrário, esta tem se complexificado. A tradição à qual Said se vinculava é comumente compreendida como “estudos pós-coloniais”, e sua obra magna o coloca ao lado de Aimé Césaire, Franz Fanon, Kwame Nkrumah, Albert Memmi. (Césaire, 2020; Fanon, 2008; Memmi, 2002; Nkrumah, 2018) A contínua reflexão sobre as questões pós-coloniais desdobrou-se em questões sobre identidades (étnicas e/ou nacionais), unidade além de fronteiras nacionais (como o panafricanismo), e formas culturais não só de dominação, mas também de resistência (Gandhi, 1998; Narayan, 1997; Spivak, 2018). Mais recentemente, a questão pós-colonial se desdobrou em outra maneira de avançar a crítica ao colonialismo, emergindo a teoria decolonial. Segundo esta corrente, o pós-colonialismo foi fundamental para lutar no plano político e econômico contra o colonialismo. Porém, um novo passo seria necessário, no que tange às estruturas de pensamento e de conhecimento; mais especificamente, da epistemologia (ou seja, da forma pela qual se constrói o conhecimento) (Quijano, 2007). O formato de construção do conhecimento “ocidental”, marcada pelo seu caráter autoproclamado universal e exclusivo tem sido identificado como um ponto central do colonialismo, incluindo aí os chamados “epistemicídios”, que seriam o apagamento destas outras formas de conhecer o mundo (Mignolo, 2007; Saal, 2013). Neste sentido, as epistemes (formas de conhecimento e sua construção) não

ocidentais ganharam espaço e destaque, em especial as nativas das Américas (Smith, 2012; Smith et al., 2018).

A crítica ao que se costumou chamar de mundo ocidental prossegue fundamental no presente. Neste sentido, é fundamental combater também os princípios, explícitos ou implícitos sobre os quais esta visão foi fundada. Duas fatias cronológicas foram fundamentais na construção da visão do que é “ocidente”. A primeira delas é a História Antiga e a visão tradicional sobre como os mundos gregos e romanos construíram os fundamentos e princípios de um estilo de vida que se prolongaria até o presente. Neste sentido, o classicista que abre esta introdução é um luminoso exemplo, inclusive identificando as raízes do ocidente nas formas bélicas, arranjos familiares e culturas agrárias gregas (Hanson, 1995; Hanson & Keegan, 2009). A segunda fatia de cronologia que é muito cara à construção do “Ocidente” é a Idade Média. Até muito recentemente, um dos manuais de História Medieval mais utilizados em cursos universitários traz já em seu título que considerava a Idade Média como o momento de nascimento do Ocidente (Franco Jr, 2001). Para esta visão de Idade Média, seria possível encontrar neste contexto elementos diversos que seriam fundamentais na consolidação do ocidente: o cristianismo e seus valores; as fronteiras entre reinos sendo delimitadas no que serão (futuramente) Estados-nação; a consolidação das línguas nacionais (Collins, 2014). Além disso, há um entendimento, ora explícito, mas implícito na maior parte das vezes sobre o que é ser ocidental: ser branco ou branca. Neste sentido, uma compreensão crítica sobre Antiguidade e Idade Média são pontos de partida fundamentais para o combate de apropriações abusivas da História. Apenas com rigor acadêmico que articule o debate sobre conceitos (como “ocidente” e “branquitude”), teoria e historiografia é que o entendimento destas sociedades poderá se libertar de fundamentos condenáveis, facilmente capturados pela extrema-direita.

Neste sentido, o presente artigo iniciará complexificando um elemento que poderia a princípio ser identificado como técnico ou neutro: o estabelecimento de cronologias. A hipótese central deste primeiro passo é que não é possível separar em definitivo o que foi o estabelecimento de cronologias nos séculos XVIII e XIX da construção do que é o ocidente a partir de um fenômeno conhecido como “orientalismo”. No bojo deste processo de criação de uma morfologia para o tempo, a questão racial está presente, de forma implícita ou mesmo explícita. Em outras palavras, o processo de moldar o tempo realizado pelos europeus dividiram o tempo e o espaço com uma questão racial que ao mesmo tempo foi produto desta visão e, sinergicamente, a projetou e reproduziu. Ou seja, as cronologias estabelecidas entre os séculos XVIII e XIX e ainda influentes no presente contém uma forma de racialização do tempo.

O passo seguinte do artigo discute a relação entre branquitude (como pertencimento racial) e a Idade Média. A principal hipótese desta seção é que estes

elementos foram construídos de forma articulada e sinérgica. Em outras palavras, o processo de afirmação da historiografia enquanto ramo do conhecimento e do fenômeno histórico conhecido como imperialismo não podem ser desassociadas da branquitude e da Idade Média enquanto berço desta mesma branquitude. O passo seguinte é aprofundar um pouco mais a questão do anglo-saxonismo, em um estudo de caso que evidencia o caráter histórico do fenômeno da branquitude, suas transformações ao longo do tempo, e como este se prestou à colonização do globo pelos ingleses por um lado e à identidade nacional, ao genocídio indígena e à escravização de grupos africanos nos Estados Unidos.

2. Cronologias, ocidente e racialização

A cronologia hegemônica divide o tempo em quatro fatias de duração específicas: 1) História Antiga; principalmente o mundo greco-romano, mas as vezes também Mesopotâmia e Egito; 2) História Medieval, que iria do fim do Império Romano Ocidental até a conquista de Bizâncio pelos turcos-otomanos; 3) História Moderna, da expansão dos impérios ultramarinos até a revolução francesa (1789); 4) História Contemporânea, da Revolução Francesa até o presente. Contudo, este modelo está longe de ser universal. Conforme Norberto Guarinello aponta na discussão sobre a História Antiga e as morfologias da História, toda cronologia é também uma ideologia (Guarinello, 2014: 63–67).

Esta maneira de dividir o tempo não é apenas especificamente ocidental, como sobretudo francesa (Chesneaux, 1995: 93). Na Grécia, a Antiguidade vai até o século XV, e o período de dominação turco ocupa o espaço da Idade Média. (Chesneaux, 1995: 93). Na China, a História Moderna começa nas guerras do ópio do século XIX e vão até maio de 1919; já o período contemporâneo começa imediatamente em 1919 e vai até o presente (Chesneaux et al., 1976, 1977). A História da Índia costuma ser dividida entre História Antiga (até 700 d.C.), Medieval (700 a 1857) e Moderna (1857 até o presente).

O estabelecimento de formas cronológicas e como lidar com o tempo esteve em amplo debate no século XVIII e XIX. Uma contribuição com grande impacto ao pensar o espaço e o tempo foi a publicação de *Systema Natura* de Carl Linnaeus (ou simplesmente Lineu) (Linneus, 1758). Nesta pequena publicação (inicialmente com apenas 11 folios), Lineu apresenta uma taxonomia, que dividia os seres vivos em diversas categorias. Os seres humanos eram divididos em quatro categorias: *Homo Americanus*, *Homo Europæus*, *Homo Africanus*, *Homo Asiaticus* (Linneus, 1758: 20–22). O “homem africano” (*homo africanus*) era descrito como negro, calmo ao ponto da indiferença ou apatia e negligente (*niger, phlegmatic, laxis*). O “asiático” como pálido ou amarelado, duro, ganancioso e facilmente distraído (*luridus, ridigus, avarus, indumentis laxis*). Nativos da América seriam avermelhados,

raivosos e com mente inflexível (rufus, cholericus, rectus). Europeus foram descritos como tendo pele e olhos claros, cabelos abundantes e sendo muito inteligente e inventivos (albus, torosus, oculis cæruleis, pilis flavescentibus prolixis, acutissimus, inventor) (Linneus, 1758: 20–22; para uma crítica mais estabelecida a respeito deste processo, ver Young, 2015b).

A forma racializada de definir a humanidade proposta por Lineu teve eco, em especial no século XIX. As formulações que se serviram de suas ideias divergem em alguns aspectos. Contudo, reproduzem (e aprofundam) a ideia de que certos grupos humanos têm tendência a determinados comportamentos, mentalidades e, principalmente desenvolvimentos históricos (Hällgren & Weiner, 2006). Estas tendências estariam ligadas diretamente ao que era chamado de “constituição corpórea” no século XVIII, e foi redefinido e classificado nos termos de “raça” ao longo do século XIX (Müller-Wille, 2014). Em síntese, a compreensão de que a temporalidade e o desenvolvimento histórico em diferentes localidades estão ligados a questões geográfico-raciais são fundamentais no debate sobre cronologias nestes dois séculos, e mais especificamente no XIX. Esta cronologia abarca e conecta o mundo a partir da segregação e da separação. Integra no espaço ao localizar as sociedades não-europeias em outras alocações temporais, lidas como anteriores às europeias. E este “atraso” poderia ser explicado a partir da questão racial. Neste sentido, a divisão hegemônica do tempo permitiu aos Europeus neocolonialistas entenderem a Índia e o Japão do mesmo período como “medievais”, ou os nativo-americanos como pré-históricos.

A forma hegemônica de dividir a história exerce a função de destacar a Europa da História das demais regiões do globo. Não por acaso, este destaque vem justamente quando a Europa está aumentando suas conexões com o resto do mundo, assim como dominá-lo. Neste sentido, a cronologia proposta (da Antiguidade ao Moderno/Contemporâneo) representa cortes segundo as especificidades europeias, dando um sentido de marcha irresistível do tempo (Chesneaux, 1995: 97). Neste contexto que o orientalismo emerge. “Orientalismo” aqui é entendido como a maneira na qual o ocidente entendeu, representou e imitou as sociedades orientais; neste processo, essencializou as diferentes sociedades orientais como estáticas no tempo, sem desenvolvimento (histórico) e confinadas na mesma posição indefinidamente (Said, 2010: 363). Embora tenha sido pensado a princípio para o Oriente Médio, outras análises surgiram utilizando o conceito para demais sociedades não ocidentais (Andreasson, 2005; Mazrui, 2005). Um movimento fundamental do orientalismo é que o mesmo solda e interliga coisas até então desconexas, atribuindo-lhes sentidos (no mais das vezes, abusivos) (Said, 1994: 6). Se por um lado, o Oriente é confinado e soldado nesta chave de leitura, o Ocidente também é aglutinado (embora preservando suas especificidades locais) como racional, desenvolvido, flexível e superior em diversos aspectos (Mamdani, 2004). Por isso, estariam dentro do mesmo período cronológico (a modernidade).

A hegemonia desta cronologia no Brasil está ligada à marcada influência francesa na formulação e formação acadêmica do Brasil (Lucchesi, 2011). Algumas universidades foram fundadas a partir da articulação de outras universidades já existentes, além de padronizar diversos elementos de gestão, avaliação etc (Domingues, 2018). Embora esta marca francesa tenha certamente sido mais visível em São Paulo (por conta do peso da “Missão Francesa”), ela também foi sentida no Rio de Janeiro, tanto em termos curriculares como de organização e gestão universitárias (Paula, 2009). Na Universidade de São Paulo, esta inspiração se manteve inclusive em termos de avaliações até (pelo menos) a reforma universitária de 1968 (Silva & Catani, 2020).

A influência francesa se mostrou vigorosa no campo da História. A História Medieval, em particular, foi ainda mais influenciada por este tipo de “historiografia nacional” (Bastos & Rust, 2008: 165). As principais reflexões históricas produzidas pelos primeiros intelectuais acadêmicos brasileiros visavam a compreensão do processo histórico nacional. Neste âmbito, discutiu-se a natureza da sociedade colonial brasileira, e se esta poderia ser definida como feudal (Sodré, 2002). A defesa de um feudalismo brasileiro seria melhor desenvolvida por Alberto Passos Guimarães, que identificava o feudalismo aos fidalgos com domínios de latifúndios enormes com servos (dotados de seus próprios instrumentos) e vassalos, sendo estes fidalgos submetidos à coroa portuguesa por laços de vassalidade (Guimaraes, 2012). Embora estas discussões fossem mais alinhadas com a reflexões sobre feudalismo e menos alinhadas com a historiografia francesa, este quadro mudou radicalmente. A nova vaga de influência francesa veio nos anos 1980, com os clássicos da Nova História tornando obrigatória a leitura de Jacques Le Goff, Georges Duby, dentre outros. Se este peso se fez na História como um todo, ele também foi fundamental para uma “procura pela Idade Média” por parte de estudantes (Bastos & Rust, 2008: 167).

A sedimentação do medievalismo no Brasil esteve ligada à forte influência da chamada terceira geração dos Annales. Em função deste processo, muitos dos elementos-chaves da epistemologia da disciplina na Europa acabaram também sendo influentes no Brasil. Como exemplos destes elementos, é possível citar um comum o foco em recortes nacionais (“França”, “Portugal”, “Espanha”), a concepção de um “ocidente medieval”, além da já citada concepção de que a transição da Antiguidade à Idade Média traria em seu bojo o nascimento do ocidente (Franco Jr, 2001).

Conforme indicado anteriormente, a Idade Média foi fundamental na constituição da identidade dos estado-nação e, mais amplamente, o “ocidente”. Por um lado, este papel foi promovido pela ciência histórica e pela historiografia da época (Wood, 2016). Por outro, também houve um papel fundamental em outros dispositivos de difusão de ideias, como a literatura, por exemplo. No romance histórico passado na Idade Média “O Talismã”, Walter Scott pinta a cena de um

cavaleiro (Sir Kenneth) contra um Sarraceno no deserto da Palestina. Através de diálogo, o cavaleiro percebe que o Sarraceno é na verdade Saladino disfarçado, e percebe que ele não é uma pessoa ruim. E, apesar disso, o cavaleiro diz que, apesar de não estar falando de Saladino em particular, vê seu povo e sua religião como “descendentes de um ímpio imundo” (Said, 2010: 130). Conforme Said destaca, é fundamental entender que esta passagem também recupera uma sobreposição entre ocidente e cristianismo, assim como entre oriente e islã. Poderíamos adicionar que alocar esta contraposição na Idade Média não foi acaso. E estas ideias tampouco se limitaram ao século XIX. Hamilton Gibb, por exemplo, era um especialista no mundo islâmico que pesquisou e escreveu a respeito de Saladino no século XX (H. Gibb, 1955; H. A. R. Gibb, 1947, 1953). Gibb admirava “O Talismã” pela sua figuração de Saladino e do islã, assim como as possíveis reflexões que poderiam advir dali (Said, 2010: 101). Romantismo, nacionalismo e orientalismo andaram de mãos juntas neste processo.

A visão de Idade Média calcada nestes princípios traz embutida uma noção racializante, embora nem sempre esta noção seja explícita. No campo científico, há um problema historiográfico que pode ajudar a ilustrar esta questão. Em diversas obras, como cartas, livros de histórias, hagiografias etc, é comum identificar o povo franco como o povo escolhido por Deus, um novo Israel (Nelson, 1994, 2019). Entre os visigodos, ao que parece não era incomum a visão de si mesmos como também eleitos pela divindade, também sendo identificados como a Nova Israel (De Jong, 1999). Entre os irlandeses também é possível encontrar em textos de diversas matrizes a identificação para ser escolhidos por Deus (Ó Corráin, 2010). Entre os diversos reinos chamados de anglo-saxões, parecia haver também uma identificação não apenas com a escolha por Deus, mas também a missão de evangelizar as demais regiões a partir do seu excepcionalismo (Foot, 1996; Wormald, 1994). Em outras palavras, os diversos reinos pós-romanos pareciam estar requisitando para si a sua posição como povo eleito, como se houvesse uma espécie de disputa sobre esta definição, para saber qual grupo étnico era de fato escolhido por Deus. Criou-se então um topos na historiografia (do século XX em diante) que discutia como estes processos se construíram, como se relacionavam etc.

Esta ideia vem sendo questionada. Por um lado, demonstra-se que os códigos legais e a documentação normativa carolíngia utilizavam a noção de pertencimento ao “povo de Deus” como um critério na participação na comunidade política (Heydemann, 2020). Neste sentido, para o mundo carolíngio, a ideia de Povo Escolhido era necessariamente pluriétnica, composta por diversas gentes, mas sem que isso apagasse a questão étnica ou a tornasse irrelevante; mas também não tornava a eleição divina dependente de um imperativo étnico (Heydemann, 2020). Por outro, destaca-se como boa parte das fontes que trazem estas particularidades étnicas e a identificação de um grupo específico como sendo o único e exclusivo eleito de Deus foram mal compreendidas (O’Brien, 2020). Algumas fontes chegaram a ser mal traduzidas neste sentido, trocando uma tradução mais próxima como “aos

povos do reino franco, escolhidos por Deus” por “ao povo escolhido dos francos” (O’Brien, 2020: 987). A leitura de O’Brien sobre este topos acaba ressaltando que o que foi um problema abordado pela historiografia pode ter sido, no limite, um mito historiográfico.

Uma hipótese interessante que merece testagens em trabalhos futuros é que a longa vida e o interesse por parte de acadêmicos na discussão a respeito dos povos eleitos do passado não se dá apenas por desenvolvimentos exclusivamente acadêmicos. A Alta Idade Média é uma temporalidade comumente relacionada ao surgimento do ocidente e dos estados-nação (Geary, 2002). É possível que o interesse neste tópico (inclusive para desconstruí-lo) se dá justamente pela possibilidade de leitura da alta idade média como parteira das cores do excepcionalismo europeu, ocidental e/ou nacional. Em outras palavras, o quanto a identificação do “Povo Escolhido” no passado pode refletir o entendimento de “Povo escolhido” no presente, associado a uma visão nacionalista do passado. Felizmente, parte do interesse contemporâneo no tópico também inclui a crítica visando o desaparecimento desta visão.

Nesta seção foram resumidos processos relativos às visões de ocidente, às divisões raciais humanas e às possíveis formas cronológicas. Embora tenham sido expostas de formas separadas, é importante ressaltar como estas na verdade são fundamentalmente articuladas, entrelaçadas e se influenciam mutuamente. O entendimento racializante do que é humano inclui em si uma concepção de tempo, sendo as pessoas brancas e europeias a ponta desta hierarquia e no ápice do desenvolvimento humano. A formação das identidades nacionais não exclui a confecção e identificação de uma identidade supranacional, identificada como ocidental; a contraposição que o próprio ocidente faz em relação ao oriente não é apenas espacial, mas também temporal. Neste sentido, a Idade Média tem relação íntima com a concepção de “ser branco”, ou da identidade conhecida como “branquitude”. É importante, portanto, deter-se mais alongadamente neste tópico.

3. Branquitude e Idade Média

A tentativa de definir branquitude carrega consigo uma dificuldade e uma contradição. A dificuldade e contradição podem ser encontradas nas reflexões de Asad Haider, que coloca a dificuldade em entender a ideia de “raça” por ser um conceito que exige uma “essência fixa”, mas que ao mesmo tempo permanece ser tão indeterminado (Haider, 2019: 71). Ou, em outras palavras, “Como algo absolutamente visível e óbvio, bem diante dos nossos olhos, ainda consegue escapar do nosso domínio?” (Haider, 2019: 72). Para entender este processo, é preciso dar alguns passos atrás e nos deter em três pontos. Estas três questões estão claramente em constante relação, articulação e interpenetração, e serão apresentadas de forma

separada apenas por uma questão didática. Após a apresentação destes elementos, apresentaremos como a Idade Média se relaciona com esta noção de branquitude de acordo com alguns pensadores.

O primeiro ponto que será explorado sobre a branquitude é como esta mesma se entende como “universal”. Esta é uma questão que se expressa inclusive em dimensões acadêmicas. Kenan Malik aponta que embora a raça não exista biologicamente, pessoas são colocadas dentro de “fronteiras”, no sentido de que a sociedade sistematicamente racializam certos grupos dentro dela e os compreende como “diferentes” (Malik, 1997). Neste sentido, estudos sobre questões e relações raciais são voltadas para o entendimento de grupos indígenas, da negritude, de grupos judaicos, etc. Em outras palavras, estes grupos são o que é socialmente lido como “outro”. Exatamente por isso, o “universal”, “neutro” ou mesmo “primordial” para questões raciais é o padrão ditado pelo que é branco (Haider, 2019: 73). A construção deste universal em termos intelectuais passa por duas figuras chaves da filosofia ocidental.

O Iluminismo possui diversas reflexões sobre a razão, o universal e a verdade; contudo, há outras esferas de reflexão que são comumente deixadas de lado ao abordá-lo. Um dos principais elementos que acabam deslocados da análise é a assim chamada “raciologia” (ou estudo das raças humanas), geralmente associado a questões de nacionalidade. Kant, por exemplo, aponta como as conquistas de larga escala (i.e. a expansão europeia através do globo) acabam trazendo como consequência a mistura racial, o que seria prejudicial à espécie humana pela perda gradual de suas características individuais (KANT et al., 1978). Conforme Paul Gilroy relembra, embora Kant (relutantemente) considere pessoas negras humanas, suas ideias expressam como ilustração, racialização, mito nacional, cultura e gestão do aparelho de Estado colonial são fenômenos entrelaçados, articulados e sinérgicos (Gilroy, 2007: 82–84). Neste sentido, os europeus são caracterizados pela filosofia kantiana como marcados pela capacidade de desenvolvimentos intelectuais, estéticos etc que os colocavam à frente dos demais grupos humanos (ou seja, os não brancos), que deveriam seguir o exemplo no exercício do Imperativo Categórico. O Imperativo Categórico kantiano estabelecia padrões de comportamento éticos, que incluem entre seus elementos a “Lei Universal” e o “Legislador Universal”. A “Lei Universal” estabelece que cada pessoa deve agir como se sua ação pudesse ser tornada uma lei universal; o princípio “Legislador Universal” estabelece que cada decisão da vontade e ação no mundo deva ser exercida como se fosse capaz de criar uma lei para todas as pessoas (daí o nome). Em outras palavras, a filosofia de Kant carrega o apelo à universalidade ao mesmo tempo em que esta universalidade está inscrita em um entendimento do universal como europeu, ocidental e branco, como Gilroy aponta.

Outra contribuição da filosofia que aponta para elementos universais e universalizantes pelo seu caráter holístico é a obra de Hegel. Em seu volume

dedicado à Filosofia da Idade Média, Hegel assume que atravessará o milênio medieval com “Botas de Sete Léguas”, indicando seu pouco interesse no período (Biard, 2000: 248). Contudo, curiosamente o filósofo dedica mais tempo e reflexão à filosofia medieval do que à filosofia antiga. O principal desta reflexão é que o mundo medieval tem seu espaço no desenvolvimento do espírito, tanto no papel de negação hegeliana, quanto no da dialética formal e da metafísica do entendimento. A visão de Hegel da Idade Média é de que se trata de um período com um grande potencial posto pelo Cristianismo, embora nunca plenamente alcançado. O mundo árabe, por contraste, é o mundo sem criação filosófica, possuindo apenas o papel de *translatio studiorum*; ou seja, apenas copiaram as obras antigas para garantir que estas chegassem ao mundo medieval e cristão (Biard, 2000). Uma leitura recente de Hegel o destaca como o principal nome da “Teoria” (com “T” maiúsculo). Para Andrew Cole, a Idade Média tem grande contribuição no pensamento de Hegel, ou mais especificamente, no peso que a filosofia medieval européia deu para a relação entre identidade/diferença, e principalmente, a relação dialética entre estes dois pontos. Para Hegel, a dialética como uma área de estudos quase exclusiva destas duas categorias lógicas é a principal contribuição medieval (Cole, 2014: 26). Mais importante ainda é a perspectiva de que “sem a Idade Média como um recurso genérico e hermenêutico, não haveria dialética, ponto.” (Cole, 2014: 127)

A esta visão da Idade Média européia e da ausência histórica ou de contribuição dos árabes, deve-se considerar também a visão de Hegel sobre os ameríndios e negros. Para o filósofo, a fraqueza corporal ameríndia (e sua incapacidade intelectual) foi a razão pela qual negros foram levados da África para o continente africano (Hegel, 1991: 99). Se, por um lado, os negros são mais “suscetíveis à cultura européia”, eles são descritos como não possuindo “existência objetiva” (ou seja, Deuses ou Leis), e o homem negro é “o homem natural em seu estado selvagem e indomado” (Hegel, 1991: 99, 111). A África é a “terra da infância” (da humanidade, no caso) (Hegel, 1991: 109).

Dois filósofos muito influentes na construção da visão de mundo do século XIX em diante construíram visões de totalidade e universalidade, destacando o papel da Europa e do homem branco (e da Idade Média) neste processo. Em outras palavras, para compreender a construção do orientalismo e do ocidente, também é fundamental enquadrar esta como uma construção da branquitude enquanto universalidade. Considerando as reflexões acima, talvez seja também possível colocar a universalidade e a universalização enquanto deveres desta mesma branquitude.

O segundo ponto sobre a branquitude que gostaríamos de destacar é seu caráter histórico. Isso significa que, assim como o a atribuição de negritude, a concepção de branquitude muda em diferentes contextos de tempo e espaço (McPherson & Shelby, 2004; Painter, 2010). Desta forma, pessoas lidas como brancas em um determinado contexto, não o são em outras. Uma das principais

obras a demonstrar esta transitoriedade da leitura racial é “How the Irish became White” (“Como os irlandeses se tornaram brancos”, em tradução livre) de Noel Ignatiev (Ignatiev, 2008). Em sua análise, Ignatiev destaca que ao saírem de sua terra natal em direção à América no século XVIII, os irlandeses eram vistos em solo americano como uma das expressões mais baixas de humanidade, sendo negados da branquitude. A maneira pela qual deixaram de ser vistos como imigrantes e foram se tornando parte da comunidade americana foi construída a partir da racialização de outro grupo, assim como a partir do momento em que exerceram opressão racial. Segundo Ignatiev, os irlandeses passaram a ser lidos como brancos quando demonstraram capacidade igual para a opressão das populações negras, e principalmente a partir do exercício de uma brutalidade maior na relação com elas (Ignatiev, 2008).

O terceiro ponto que gostaríamos de destacar sobre a branquitude é seu aspecto relacional. Isto significa que a branquitude é sempre construída em relação a alguma outra forma de racialização. Em seu estudo seminal sobre a relação entre racismo e a formação da classe trabalhadora americana, David Roediger demonstra como este processo não pode ser entendido apenas em termos econômicos. Ele também é atravessado por uma série de mecanismos ideológicos e psicológicos de construção de estereótipos raciais, estabelecendo a identidade de trabalhadores brancos em oposição aos negros (Roediger, 2007). Assim como os de origem irlandesa, alguns americanos de origem judia, polonesa e italiana também foram “se embranquecendo” ao longo do tempo. Se a princípio eram vistos como indesejados pelos wasps (“protestantes brancos anglo-saxões”), ao longo do século XX foram incorporados à branquitude a partir de uma articulação histórica complexa que envolveu a participação no movimento de trabalhadores, reformas do New Deal e um investimento significativo no mercado imobiliário. A questão envolvendo a compra de imóveis é fundamental, na medida em que parte da sua entrada na branquitude envolveu a exclusão de pessoas negras de bairros inteiros, criando uma barreira física e legal que estabeleceu uma fronteira racial demarcada. Foi esta a forma pela qual foram incluídos entre os privilegiados (Roediger, 2018).

Outro ponto crucial parece ter sido a expansão para o Oeste no século XIX. Este processo parece estar conectado a dois fenômenos conectados com a prevalência da branquitude. O primeiro é que pequenos proprietários brancos que estavam assentados no sul dos Estados Unidos foram paulatinamente despojados de suas terras pelas grandes propriedades do tipo plantation, que incluíam pessoas negras escravizadas como força de trabalho fundamental. As pessoas expropriadas por estes latifúndios culpavam os negros pela sua expropriação, não os grandes senhores. Então, conforme foram se deslocando para o oeste, tentaram manter um cordão de isolamento que evitasse a escravidão por um lado, e, por outro, impedisse que pessoas negras livres concorressem com seu trabalho com os brancos empobrecidos. Em outras palavras, este primeiro ponto indica que a expansão da fronteira americana esteve conectada à tentativa de escapar das complexidades de

uma nação multirracial e preservar a homogeneidade branca (Dippel, 2005). O segundo fenômeno no âmbito processo da expansão do Oeste diz respeito a como este desejo de homogeneização racial branca neste processo também esteve relacionado com o genocídio indígena nesta expansão. Em outras palavras, escravidão africana e genocídio dos nativo-americanos são elementos fundamentais para entender a constituição da branquitude (neste caso, nos EUA) (Grand, 2018).

O estudo da branquitude enquanto identidade (privilegiada) ganhou fôlego nos anos 1990. Contudo, o pioneirismo do estudo sobre a branquitude pode ser encontrado já no século XIX e no início do século XX. Frederick Douglass é um dos principais nomes neste sentido. Mais importante para o presente artigo é como Douglass não só reconhece a questão da branquitude, mas como ela aparece associada à Idade Média. Ao relatar como era uma plantation americana, Douglass diz:

Em seu isolamento, reclusão e autoconfiante independência, a plantation do Coronel Lloyd lembra o que os domínios baroniais foram durante a Idade Média na Europa. Cinzenta, fria e inacessível a influências cordiais de outras comunidades. Lá ela está, trezentos anos atrasada, em tudo o que diz respeito a humanidade e moralidade. (Douglass & Smith, 2003: 50 Apud (Vernon, 2018: 18)

Outro pensador que teve grande impacto no entendimento do que é a branquitude foi William Du Bois. O poeta, escritor, ativista, intelectual Du Bois começou a estudar Idade Média em um curso ofertado em Harvard por William James (Richardson, 2007). Seu trabalho de conclusão abordou a relação entre fé e filosofia após o declínio da escolástica medieval; muito de sua produção intelectual sobre a modernidade trazia estas reflexões sobre a Idade Média, pensando a transição entre os períodos a partir de uma relação de alteridade (Vernon, 2018: 19). A Idade Média aparece para Du Bois como um ponto chave para entender e desconstruir a branquitude. Por um lado, na Idade Média estaria o conjunto de ideias, valores e fenômenos que seriam capazes de questionar os princípios sobre os quais o sentimento nacional (branco) estava sendo construído nos Estados Unidos. Entre estes elementos críticos a uma nacionalidade exclusivamente branca estariam a hibridização e reconciliação cultural do período anglo-normando; a diferenciação da escravidão anglo-saxã da escravidão moderna; as consequências de ter diferentes grupos raciais falando apenas uma língua (o inglês, no caso) etc (Vernon, 2018: 18). Por outro lado, o entendimento da Idade Média serviria para demonstrar as contradições da mitologia do ocidente (the West, no original) com seus autoafirmados valores baseados na Idade Média. O melhor exemplo disso seria como a conquistas coloniais foram feitas ferindo diretamente os princípios que comporiam a justiça em combate (fairness): “armamentos iguais, condições iguais e ciência da vindoura batalha com igual antecedência” (Du Bois, 1920: 37).

Uma outra abordagem sobre a racialização e o aspecto histórico, relacional e que se pretende universalizante pode ser encontrado nas reflexões de Cedric Robinson. Em sua análise que articula as questões raciais com o marxismo, Robinson pensa o “racialismo” (racialism) como uma forma de ideologia, no sentido de justificar a ordem social como natural, incluindo nela o elemento racial: “Uma destas ideias recorrentes [no marxismo] é o racialismo: a legitimação e corroboração da organização social como natural, ao referenciar os componentes 'raciais' dos seus elementos” (Robinson, 2000: 2). Para Robinson, a criação do “Negro” deve ser alocada juntamente a outras formas de racialismo presente em outros momentos da História, que também incluiria a ocultação destas pessoas da História: os escravos e irlandeses na história recente; a Núbia na formação do Egito; o Egito na formação da civilização grega; a África para a Roma imperial; a influência do Islã na história econômica, política e intelectual da Europa. Contudo, para Robinson o esforço de criação do “negro” (enquanto pessoa que é racializada) deve ser pensada como um esforço conjunto do Ocidente (Robinson, 2000: 4). Como o autor pensa a criação do negro relacionada à transição do feudalismo para o capitalismo, esta reflexão acaba também por articular o papel fundamental da Idade Média no processo de criação do conceito de negro, assim como a sub-reptícia noção do que é ser branco.

Conforme demonstrado nesta seção, os Estados Unidos tem um papel importante nas reflexões sobre Idade Média, ocidente e branquitude, assim como de relações raciais de forma mais geral. Um dos pontos-chaves desta discussão é a discussão a respeito do anglo-saxonismo, realizada tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos. Portanto, a próxima seção abordará esta questão de forma mais detida.

3.1 Anglo-Saxonismo e imperialismo

O anglo-saxonismo tem significado duplo: por um lado, representa o conhecimento histórico (aqui incluídos também a arqueologia, a filologia e demais campos coevos) do que foram os diversos reinos na Inglaterra alto medieval; por outro, expressa como a sociedade de forma mais ampla se relacionou com este passado. Apesar da relação com este passado ser construída pelo menos desde o século XVII, ela encontra ecos no século XXI, de formas diversas e mesmo surpreendentes.

A eleição de Donald Trump foi um choque para muitos analistas políticos, que debateram e ainda debatem como sua vitória foi possível. Um caminho sugerido revela a ambiguidade deste complexo fenômeno: ao mesmo tempo que Trump demonstrava publicamente desprezo por História, a narrativa das “origens medievais dos Estados Unidos” ganhava espaço. E não por acaso, esta visão do passado e do que seria a origem nacional ganha fôlego e força quando há um

sentimento (real ou imaginário, mas suficientemente disseminado) de que o país está se desintegrando, perdendo sua consistência e seus valores essenciais – exatamente o que a campanha de “Fazer a América Grande Novamente” (Make America Great Again) de Trump alegava (Vernon, 2018: 3).

Esta conexão com o passado não esteve limitada aos Estados Unidos. Ao ser eleito como líder do partido UKIP (o partido que defendeu ardentemente o Brexit), Henry Bolton defendeu que “não deveriam deixar a cultura anglo-saxã morrer” e que “em certas comunidades a população anglo-saxã original não pode ser encontrada” (Platt, 2017). Ao comentar os ataques terroristas ocorridos em Londres, Nile Gardiner, diretor do “Centro Margareth Thatcher para Liberdade” (Margaret Thatcher Center for Freedom) escreveu um artigo defendendo uma aliança anglo-americana em defesa da civilização ocidental. Segundo Gardiner, os terroristas que atacaram Londres cometeram o mesmo erro do Kaiser, de Hitler e de Stalin: subestimar o poder e determinação dos povos anglo-saxões (Gardiner, 2005).

A conexão deste patrimônio e herança compartilhados entre Inglaterra e Estados Unidos possui implicações nas relações sócio-raciais em ambos os países. Contudo, elas também possuem lastro em discussões históricas e mesmo na historiografia, em especial no surgimento da História enquanto ciência em ambos os países. É necessário se deter um pouco mais sobre isso.

A compreensão do que foi a Inglaterra na Alta Idade Média passa necessariamente pela influência dos textos de Beda. Para Beda, após a retirada das tropas romanas no século V, a ilha foi progressivamente conquistada por três povos germânicos: Anglos, Jutos e Saxões. Ao longo do tempo, estes grupos se amalgamaram em um só (Bede, 1969). Este novo povo, amalgamado, também foi identificado por Beda como “Escolhido por Deus”, sendo eles a “Nova Israel” (Scheil, 2004). Em 1870, um decreto do ministério da educação decretava o que deveria ser ensinado para crianças entre os 5 e 12 anos na Inglaterra e em Gales (Middleton, 1970). Autores de livros escolares precisaram seguir as padronizações estabelecidas por este ato; os três com maior sucesso tinham em comum a narrativa de que a História da Inglaterra começava com a introdução dos três povos germânicos na ilha (Cannadine, 1995). Como os livros indicavam a ausência de um elemento romano (em contraste com o continente), entendia-se (implícita ou explicitamente) que havia uma homogeneização populacional que preservou a pureza racial germânica (MacDougall, 1982). A ideia de uma nação Inglesa construída na articulação da raça anglo-saxã e da língua inglesa foi construída por filólogos, sendo a alta Idade Média a semente desta raça e desta nação (Young, 2015b: 16).

Os chamados reinos anglo-saxões duraram até o ano de 1066, quando foram conquistados por Guilherme, o Conquistador, duque da Normandia (norte da atual França). Do século XVII em diante, ao se olhar para a História da Inglaterra medieval após a conquista normanda, criou-se uma imagem de uma sociedade

dividida entre uma elite “francesa” e o povo anglo-saxão. Esta concepção da sociedade inglesa ficou conhecida como “jugo normando” (Norman Yoke) (Chibnall, 1999). Esta imagem também foi utilizada por revolucionários ingleses durante a Revolução do século XVII (Hill, 1972). Porém, na passagem do século XVIII para o XIX, ela deixa de ser um corte étnico-social (o povo anglo-saxão contra a elite normanda) e ganha contornos raciais. Por isso é necessário se concentrar neste processo de forma mais detida.

Acima foi exposto como o pensamento taxionômico de Lineu criou uma cronologia racializante e ocidentalizante. Contudo, um ponto fundamental de ser recuperado é a sua hierarquia racial, em que o homo europaeus (o europeu branco) estava alocado na parte superior da hierarquia. Esta foi uma ideia muito influente ao longo do século XIX. Neste século, houve uma série de discussões a respeito de quem dentre os europeus estariam no topo desta camada superior da hierarquia. No âmbito deste debate, os critérios para avaliação seriam traços cranianos (tamanho, formato etc), capacidade linguística e traços comportamentais (Young, 2015b: 9–10). Surgiu então a ideia de que as nações anglófonas estariam no topo desta camada superior, por conta dos traços raciais herdados dos anglo-saxões (Kaufman & Macpherson, 2005). Por um lado, esta formulação permitia que os ingleses concebessem a si próprios como o vértice da hierarquia racial. Porém a questão racial associada à questão filológica projetava o pertencimento racial anglo-saxão à população lida como branca nas regiões colonizada pela Inglaterra. Por isso que a população branca de regiões da Austrália, Canadá e Estados Unidos se viam como anglo-saxões (Young, 2015a).

A ciência racial do século XIX não operava como um fenômeno isolado. Ela também esteve relacionada diretamente com identidades e discursos nacionais e nacionalistas. Recentemente foi sugerido inclusive que foi dentro do molde racial que o nacionalismo foi forjado no século XIX (McMahon, 2016). Ao mesmo tempo, este processo também esteve vinculado ao imperialismo europeu e norte-americano, baseado no expansionismo e dominação de populações autóctones (Baumgart, 1982; Hobsbawm & Hobsbawm, 1989). No caso dos Estados Unidos, o referencial racial anglo-saxão teve grande destaque nas discussões desde sua independência.

Thomas Jefferson foi provavelmente o mais famoso entusiasta da herança anglo-saxã. Jefferson foi um entusiasta do passado anglo-saxão e do seu estudo, defendendo inclusive que seus estudantes aprendessem Old English (que era identificado como a língua utilizada no período) para melhor entender seu passado e sua herança cultural. O “pai fundador” também defendia que a liberdade que pretendiam instaurar a partir da independência, da Constituição e das leis nos Estados Unidos seriam uma forma de reinstaurar a liberdade que vigorava no período anglo-saxão, que cobria questões como participação política, minimização de impostos, formas de propriedade, sistema de poder etc (Steele, 2015). Na visão

defendida por Jefferson (e assumida ao longo do século XIX nos Estados Unidos), as liberdades anglo-saxãs foram esmagadas pela conquista dos normandos, e continuavam a ser limitadas pela nobreza da Inglaterra. Como os normandos não conquistaram a América, eles não tinham direito de impor suas formas de dominação social aos colonos (Steele, 2015: 32). Neste sentido, não só os americanos se concebiam como os herdeiros das liberdades anglo-saxãs, mas também o único povo capaz de cumprir seu destino enquanto povo eleito por Deus, uma vez que estavam livres da dominação da nobreza vista como estrangeira.

A imagem de “povo escolhido” no período anglo-saxão esteve envolvida com dois entendimentos fundamentais. O primeiro foi o seu entendimento de uma identidade para além dos diversos reinos anglo-saxões na Alta Idade Média, em uma espécie de identidade étnica (escolhida pela divindade) que foi identificada no século XIX como uma identidade nacional (McKinney, 2011). O segundo é que não só este povo escolhido deveria se unificar para além dos seus reinos, mas também deveria ser responsável pela expansão religiosa, “exportando” a sua forma de cristianismo (Smyth, 1998). Em outras palavras, a descrição da conversão dos saxões continentais realizada pelos evangelizadores anglo-saxões é um exemplo fundamental do que seria a missão dos escolhidos de Deus (Livro V, Capítulo 9, Bede, 1969).

A autoclassificação como “povo escolhido” não foi exclusiva dos reinos anglo-saxões; por muito tempo a historiografia identificou o mesmo fenômeno entre visigodos, francos etc (e só muito recentemente esta postura foi criticada, como exposto acima). Nos Estados Unidos, esta auto-leitura de “povo escolhido” foi parte fundamental do contexto pós-independência. Por um lado, os Estados Unidos se viam como os garantidores e protetores dos direitos naturais dos homens, herdados dos anglo-saxões e que permitiriam que as pessoas fossem felizes. Por outro, era parte do senso comum americano que os americanos tinham o direito e o dever de estender estes direitos ao maior número possível de pessoas, e que esta missão estava relacionada à expansão do território americano. A diferença do anglo-saxonismo nos Estados Unidos para outras formas de apropriações do passado alto-medieval europeu é que os EUA foram muito bem sucedidos em se expandir em todas as direções geográficas, e este sucesso foi interpretado como o cumprimento do seu destino. Em outras palavras, o anglo-saxonismo foi um ponto chave para compreender o Destino Manifesto americano, já que esta expansão em todas as direções foi feita a partir da conquista de territórios indígenas, culminando no genocídio de nativos. Além disso, também era um discurso mobilizado para justificar a escravização de populações de origem africana (Horsman, 2009: 85–86).

No Reino Unido, o uso do anglo-saxonismo também esteve conectado com projetos de expansão e dominação. O século XIX também é momento de expansão do domínio colonial inglês, e o anglo-saxonismo também justificou parte deste processo (Curtis Jr., 1968). Um dos eventos fundamentais inclusive para o surgimento do termo “anglo-saxão” como o termo principal para se referir à

Inglaterra alto-medieval pode ser encontrado nas reflexões de Peter Fryer. Segundo este autor, este termo surge como uma forma de contrapor as populações germânicas que dominaram a ilha britânica à população anterior, de origem celta. Esta contraposição expressa um outro processo da época, que foi a conquista da Irlanda (entendida como racialmente celta) pela Inglaterra (lida como racialmente anglo-saxã), buscando justificativas na alta idade média para este processo do século XIX (Fryer, 2007).

A historiografia moderna sobre os reinos ingleses na alta idade média também não esteve ausente destas implicações. No final do século XIX e início do XX, ela estava envolvida em discussões sobre o “germanismo”. Esta era uma discussão que questionava o quanto as nações modernas deviam sua origem, cultura e mesmo o seu pertencimento racial ao mundo germânico ou ao romano (Mosse, 1998). Em outras palavras, se os estados-nação tiveram sua origem na alta idade média, buscava-se medir se cada país era mais germânico ou mais romano, uma vez que a Idade Média começaria com a invasão dos germanos ao que tinha sido território romano. No campo intelectual, houve um debate entre Maitland e Pollock de um lado e Chadwick de outro. Maitland defendia que a Inglaterra na alta idade média teria uma estrutura social mais fluida, com hierarquias sociais menos rígidas e, portanto, seria mais germânica (Pollock & Maitland, 2010). Chadwick defendia que já no século VII haveria estruturas sociais rígidas e uma hierarquia mais significativa (Chadwick, 2010). O nome mais influente neste debate, contudo, é o de Frank Stenton. Stenton definiu a sociedade anglo-saxã como uma sociedade amplamente composta por pequenos proprietários, que se associavam de forma livre, e sobre os quais a aristocracia tinha pouco poder; estavam conectados ao rei e poderiam ser mobilizados para a guerra em um sentimento nacional (Stenton, 2001). A proposição de Stenton pode ser compreendida como a de um germanismo liberal, que de certa forma se contrapunha ao germanismo racial do continente, em especial aquele proposto pelos formuladores proto-nazistas e nazistas. Embora esta noção tenha sido complexificado desde sua proposição na década de 1940, ele ainda se mantém como uma das principais interpretações da sociedade anglo-saxã (Faith, 1999; Banham, Faith, 2014). Contudo, a questão da branquitude continuava implícita em seu trabalho, ainda que suas cores fossem liberais.

Como apontado anteriormente, a ideia de pertencimento ao anglo-saxonismo é uma ideia de pertencimento à branquitude, e o que é considerado como “branco” também muda historicamente. O próprio conceito de anglo-saxonismo também foi se alterando. Se nos Estados Unidos os irlandeses passaram a ser vistos como brancos a partir de processos diversos, os irlandeses também passaram a ser aceitos como parte desta elite racial branca quando o anglo-saxonismo do século XIX foi perdendo força. No seu lugar, no início do século XX, ganhou espaço a ideia de um pertencimento “nórdico” (nordicism), que era menos “anti-celta” e que intencionava reconciliar identidades celtas com germânicas (Kassis, 2015). O trabalho de Stenton também não ecoa este sentimento anti-celta, para citar um exemplo.

“Anglo-saxonismo” e seus substitutos são conceitos chaves que servem com uma declaração de pertencimento racial, uma reivindicação de branquitude e da branquitude. No Reino Unido, estava associado ao Imperialismo inglês e invariavelmente aos processos de orientalismo e criação da identidade ocidental; nos Estados Unidos, é a palavra implícita “branco” entre “Destino” e “Manifesto”. O fato do anglo-saxonismo ser relativamente pouco estudado e estar implícito nestes processos destaca ainda mais a sua relação com a branquitude. Isto porque, conforme defende Steve Garner, a branquitude engendra uma contradição: por se tornar o “padrão”, o “universal”, ela acaba por se tornar invisível, quase ignorada por ser tomada como dada. Mas ao mesmo tempo, quando ela exerce seu poder, ela se torna extremamente visível (Garner, 2007: 34).

4. Conclusão

O que este artigo buscou foi visibilizar os processos da branquitude em termos históricos para além dos exercícios óbvios de poder. Evidenciar justamente como a branquitude foi construída conjuntamente a uma forma cronológica, ao processo de expansão imperialista do século XIX, à construção do que é o ocidente e do orientalismo. E tentar apontar em como esta visibilização é fundamental para a desconstrução destes amplos processos.

Ao pensar nos processos de construção do orientalismo e da formação da identidade do que é ocidental (e conseqüentemente daqueles que são excluídos dela), somos levados a pensar nas figuras exóticas criadas pela literatura e pelo cinema. No presente, ela encontra ecos não só na literatura e na produção do áudio-visual ficcional, mas também em telejornais e, mais recentemente, em canais de youtube vinculados ao crescimento da extrema-direita. A crítica a estas expressões é fundamental. Contudo, também é fundamental não apenas entender e desconstruir o que parece como mais visível, mas também o que é ignorado de tão naturalizado.

A cronologia histórica hegemônica na França (e ainda muito influente no Brasil), dividiu a História em História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Esta morfologia temporal não é de forma alguma neutra ou simplesmente técnica. Ela foi construída em conjunto com uma visão de mundo que também racializou grupos de pessoas de acordo com o espaço que ocupavam no globo. A partir desta racialização, estes grupos também foram alocados em uma escala de tempo evolutiva e hierárquica, identificando a qual momento histórico (dentro desta narrativa mais ampla) cada grupo de pessoas pertenciam – grupos originários da América na Pré-História, indianos na Idade Média etc. A cronologia hegemônica não foi apenas criada de forma a refletir as perspectivas racializantes dos séculos XVIII e XIX, mas também criaram uma morfologia de espaço-tempo racializado e

Silva, Renato Rodrigues da.

A Idade Média entre historiografia, ocidente e branquitude: o caso do Anglo-Saxonismo

www.revistarodadafortuna.com

racializante. Em outras palavras, esta cronologia hegemônica também foi responsável por criar uma narrativa e, portanto, produziu efeitos práticos, de identidade, pertencimento e de enquadramento racial. Esta perspectiva é mais um dos aspectos fundamentais no desdobramento do conceito de orientalismo criado por Said na década de 1970.

A hierarquia racial associada a esta cronologia criou por um lado uma gradação qualitativa entre as raças: os grupos brancos seriam melhores do que os grupos negros, por exemplo. Desta forma, a concepção de “europeu” e de branquitude se constituíram de forma síncrona e sinérgica. Contudo, por outro lado, também exigiu a criação de hierarquias internas, que davam suporte para a corrida imperialista e para compreender as disputas entre as potências europeias. Neste contexto, algumas correntes surgiram, dentre elas o anglo-saxonismo. Esta previa uma excepcionalidade inglesa, que entendia por um lado os descendentes dos anglo-saxões como escolhidos por Deus. Por outros, estes deveriam expandir seu legado, levando suas instituições democráticas a distantes regiões do globo assim como tinham feito com o cristianismo na Idade Média. Assim, o anglo-saxonismo compôs uma parte fundamental da branquitude, justificando a colonização da Austrália, o Destino Manifesto nos Estados Unidos, o genocídio indígena e a escravização de pessoas africanas na América do Norte. Considerando o papel hegemônico dos Estados Unidos como superpotência global, discutir estes elementos é fundamental. Além de ser um elemento fundamental no projeto imperialista no passado, há uma conexão entre as formas de apropriação pela extrema-direita nos EUA e em outros contextos, como o Brasil, por exemplo. Assim, discutir o anglo-saxonismo é fundamental inclusive para entender como este chega ao Brasil, por formas diretas e indiretas, na construção do que é a branquitude no contexto nacional.

A branquitude, contudo, é histórica e mudou ao longo do tempo e do espaço. Inicialmente ela excluía populações irlandeses, poloneses e italianos na América do Norte. Porém a branquitude passou a incluí-los na medida em que estes grupos passaram a hostilizar e agredir de formas diversas as populações negras, de forma a expressar de forma evidente a sua relação de alteridade com estes grupos.

Entender o que é a branquitude, como ela se constituiu historicamente e no presente, e como esta se relaciona e expressa com outros fenômenos sociais é fundamental. Ao pensar todos estes processos, é fundamental sublinhar o quanto a branquitude é histórica, e como grupos diversos negociaram seu pertencimento à sua posição de privilégio em diferentes contextos. E neste sentido, a Idade Média pode ser muitas coisas, mas certamente não constitui o berço de uma identidade racial essencializada e transistórica. Ela não congrega a raiz do ocidente, não era exclusivamente branca ou contava com homogeneidade demográfica permanente. Apenas com o rigor da análise científica é possível aprofundar estes debates, desnaturalizar as relações de poder que esse entendimento de tempo racializado contém e, com trabalho coletivo, desconstruí-las. A crítica à branquitude é um passo

Silva, Renato Rodrigues da.

A Idade Média entre historiografia, ocidente e branquitude: o caso do Anglo-Saxonismo
www.revistarodadafortuna.com

necessário na desconstrução do ocidente e do oriente, e o estudo crítico da Idade Média e da Antiguidade são chaves neste processo.

Referências

Bibliografia

Andreasson, S. (2005). Orientalism and African Development Studies: The 'reductive repetition' motif in theories of African underdevelopment. *Third World Quarterly*, 26(6), 971–986.

Bastos, M. J. D. M., & Rust, L. D. (2008). “Translatio studii”: A história medieval no Brasil. *SIGNUM - Revista da ABREM*, 10, 163–188.

Banham, D., Faith, R. (2014) *Anglo-Saxon farms and farming*. Oxford: Oxford University Press.

Baumgart, W. (1982). *Imperialism: The Idea and Reality of British and French Colonial Expansion, 1880-1914* (Revised edition). Oxford University Press.

Bede. (1969). *Bede's Ecclesiastical History of the English People* (B. Colgrave & R. A. B. Mynors, Orgs.; Revised edition). Clarendon Press.

Biard, J. (2000). The Middle Ages in Hegel's History of Philosophy. *The Philosophical Forum*, 31(3 & 4), 248–260.

Cannadine, D. (1995). British History as a 'new subject'—Policies, perspectives and prospects. In A. Grant & K. J. Stringer (Orgs.), *Uniting the Kingdom?: The making of British history* (pp. 12–28). Routledge.

Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o Colonialismo* (1a edição). São Paulo: Veneta.

Chadwick, H. M. (2010). *Studies on Anglo-Saxon Institutions* (1a edição). Cambridge: Cambridge University Press.

Chesneaux, J. (1995). Devemos fazer tábula rasa do passado? - *Sobre a história e os historiadores* (M. A. Da Silva, Trad.). São Paulo: Atica.

Chesneaux, J., Bastid, M., & Bergère, M. C. (1976). *China from the opium wars to the 1911 revolution* (1st American ed). NY: Pantheon Books.

Silva, Renato Rodrigues da.

A Idade Média entre historiografia, ocidente e branquitude: o caso do Anglo-Saxonismo
www.revistarodadafortuna.com

Chesneaux, J., Le Barbier, F., & Bergère, M. C. (1977). *China from the 1911 revolution to liberation* (1st American ed). NY: Pantheon Books.

Chibnall, M. (1999). *The debate on the Norman Conquest*. Manchester: Manchester Univ. Press.

Cole, A. (2014). *The Birth of Theory*. Chicago: University of Chicago Press.

Collins, P. (2014). *Birth of the West: Rome, Germany, France, and the creation of Europe in the tenth century*. Public Affairs. <http://public.ebookcentral.proquest.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=1113922>

Curtis Jr., L. P. (1968). *Anglo-Saxons and Celts, A Study of Anti-Irish Prejudice in Victorian England*. The Conference on British Studies.

De Jong, M. (1999). Adding insult to injury: Julian of Toledo and his *Historia Wambae*. In P. Heather (Org.), *The Visigoths from the Migration Period to the seventh century: An ethnographic perspective* (pp. 373–402). Boydell Press.

Dippel, J. V. H. (2005). *Race to the Frontier: White Flight And Western Expansion*. Londres: Algora Publishing.

Domingues, I. (2018). A Missão Francesa e a Fundação do Departamento de Filosofia da USP. *Saberes Interdisciplinares*, 11(22), 63–66.

Douglass, F., & Smith, J. D. (2003). *My Bondage and My Freedom* (Illustrated edição). NY: Penguin Books.

Du Bois, W. E. B. (1920). *Darkwater: Voices from Within the Veil*. Harcourt, Brace and Howe, Inc.

Episode 44: The Critical Essence of the Country Mouse. (2020, dezembro 2). *National Review*. <https://www.nationalreview.com/podcasts/the-victor-davis-hanson-podcast/episode-44-the-critical-essence-of-the-country-mouse/>

Faith, R. (1999). *The English Peasantry and the Growth of Lordship*. London: Leicester University Press.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (R. da Silveira, Trad.). Salvador: EDUFBA.

Foot, S. (1996). The Making of Angelcynn: English Identity before the Norman Conquest. *Transactions of the Royal Historical Society*, 6, 25–49.

Silva, Renato Rodrigues da.

A Idade Média entre historiografia, ocidente e branquitude: o caso do Anglo-Saxonismo
www.revistarodadafortuna.com

Franco Jr, H. (2001). *A Idade Média*. Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense.

Fryer, P. (2007). *Aspects of British black history*. Aldershot: Index Books.

Gandhi, L. (1998). *Postcolonial theory: A critical introduction*. NY: Columbia University Press.

Gardiner, N. (2005, julho 10). Anglo-US alliance: Bulwark of our western civilisation. *The Heritage Foundation*.
<https://www.heritage.org/europe/commentary/anglo-us-alliance-bulwark-our-western-civilisation>

Garner, S. (2007). *Whiteness: An Introduction* (1st edition). NY: Routledge.

Geary, P. J. (2002). *The Myth of Nations: The Medieval Origins of Europe*. NY: Princeton University Press.

Gibb, H. (1955). The influence of Islamic culture on Medieval Europe. *Bulletin of the John Rylands Library*, 38(1), 82–98.

Gibb, H. A. R. (1947). *Modern trends in Islam*. Chicago: University of Chicago Press.

Gibb, H. A. R. (1953). *Mohammedanism: An Historical Survey* (2nd edition). Oxford: Oxford University Press: Geoffrey Cumberlege.

Gilroy, P. (2007). *Entre Campos—Nações, Culturas E O Fascínio Da Raça* (1a edição). São Paulo: Annablume.

Grand, S. (2018). *The Other Within: White Shame, Native-American Genocide*. *Contemporary Psychoanalysis*, 54(1), 84–102.

Guarinello, N. L. (2014). *Ensaio sobre História Antiga* [Tese apresentada para o concurso de livre-docência na área de História Antiga]. Universidade de São Paulo.

Guimaraes, A. P. (2012). *Quatro Séculos de Latifúndios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Haider, A. (2019). *Armadilha da identidade* (L. V. Liberato, Trad.; 1a edição). São Paulo: Veneta.

Hällgren, C., & Weiner, G. (2006, setembro 22). *Out of the shadow of Linnaeus: Acknowledging their existence and seeking to challenge, racist practices in Swedish educational settings*. European Conference on Educational Research, University of Geneva.
<http://www.leeds.ac.uk/educol/documents/157423.htm>

Silva, Renato Rodrigues da.

A Idade Média entre historiografia, ocidente e branquitude: o caso do Anglo-Saxonismo
www.revistarodadafortuna.com

Hanson, V. (2002). *Why The West Has Won*. NY: Faber And Faber Ltd.

Hanson, V. D. (1995). *Other Greeks: The Family Farm and the Agrarian Roots of Western Civilization*. LA: Free Press.

Hanson, V. D. (2002, maio 10). Occidentalism: The False West. *Victor Davis Hanson Private Papers*. <http://victorhanson.com/wordpress/occidentalism-the-false-west/>

Hanson, V. D. (2019). *The Case for Trump*. NY: Basic Books.

Hanson, V. D., & Keegan, J. (2009). *The Western Way of War: Infantry Battle in Classical Greece* (Second Edition, With a New Preface). Chicago: University of California Press.

Hegel, G. W. F. (1991). *The philosophy of history*. NY: Prometheus Books.

Heydemann, G. (2020). The People of God and the Law: Biblical Models in Carolingian Legislation. *Speculum*, 95(1), 89–131. <https://doi.org/10.1086/706062>

Hill, C. (1972). *The world turned upside down: Radical ideas during the English revolution*. Oxford: Temple Smith.

Hobsbawm, E. J., & Hobsbawm, E. J. (1989). *Age of Empire: 1875-1914*. Londres: Vintage.

Horsman, R. (2009). *Race and Manifest Destiny: The Origins of American Racial Anglo-Saxonism*. Harvard: Harvard University Press.

Ignatiev, N. (2008). *How the Irish Became White*: Volume 137 (1a edição). NY: Routledge.

Kant, I., Dowdell, V. L., & Pitte, F. P. V. de. (1978). *Anthropology from a Pragmatic Point of View*. Chicago: Southern Illinois University Press.

Kassis, D. (2015). *Representations of the North in Victorian travel literature*. Cambridge: Cambridge Scholars.

Kaufman, W., & Macpherson, H. S. (Orgs.). (2005). *Britain and the Americas: Culture, politics, and history: a multidisciplinary encyclopedia*. ABC-CLIO.

Linneus, C. (1758). *Systema naturae per regna tria naturae: secundum classes, ordines, genera, species, cum characteribus, differentiis, synonymis, locis*. Estocolmo: Laurentius Salvius.

Silva, Renato Rodrigues da.

A Idade Média entre historiografia, ocidente e branquitude: o caso do Anglo-Saxonismo
www.revistarodadafortuna.com

- Lucchesi, M. A. S. (2011). O ensino superior brasileiro e a influência do modelo francês. *XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*, 14.
- MacDougall, H. A. (1982). *Racial Myth in English History: Trojans, Teutons, and Anglo-Saxons*. Harvest House.
- Malik, K. (1997). The Mirror Of Race: Postmodernism and the Celebration of Difference. In E. Wood & J. B. Foster (Orgs.), In *Defense of History: Marxism and the Post Modern Agenda* (pp. 112–133). NY: Monthly Review Press.
- Mamdani, M. (2004). *Good Muslim, bad Muslim: America, the Cold War, and the roots of terror* (1st ed). NY: Pantheon Books.
- Mazrui, A. A. (2005). *The Re-invention of Africa: Edward Said, V. Y. Mudimbe, and Beyond*. Research in African Literatures, 36(3), 68–82.
- McKinney, W. A. (2011). *Creating a “gens Anglorum”*: Social and Ethnic Identity in Anglo-Saxon England through the Lens of Bede’s *Historia Ecclesiastica*. York: University of York Press.
- McMahon, R. (2016). *The races of Europe: Construction of national identities in the social sciences, 1839-1939*. NY, Londres: Palgrave Macmillan.
- McPherson, L. K., & Shelby, T. (2004). Blackness and Blood: Interpreting African American Identity. *Philosophy & Public Affairs*, 32(2), 171–192.
- Memmi, A. (2002). *Portrait du colonisé, précédé de: Portrait du colonisateur*. Paris: Gallimard.
- Middleton, N. (1970). The education act of 1870 as the start of the modern concept of the child. *British Journal of Educational Studies*, 18(2), 166–179.
- Mignolo, W. D. (2007). Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, 21(2–3), 449–514.
- Mosse, G. L. (1998). *The Crisis of German Ideology: Intellectual Origins of the Third Reich*. Aldershot: Howard Fertig Pub.
- Müller-Wille, S. (2014). Linnaeus and the Four Corners of the World. In K. A. Coles, R. Bauer, Z. Nunes, & C. L. Peterson (Orgs.), *The Cultural Politics of Blood, 1500–1900*. NY, Londres: Palgrave Macmillan.

Silva, Renato Rodrigues da.

A Idade Média entre historiografia, ocidente e branquitude: o caso do Anglo-Saxonismo
www.revistarodadafortuna.com

Narayan, U. (1997). *Dislocating cultures: Identities, traditions, and Third-World feminism*. NY: Routledge.

Nelson, J. L. (1994). Chapter 2, Kingship and empire in the Carolingian world. In R. McKitterick (Org.), *Carolingian culture: Emulation and innovation* (pp. 52–87). Cambridge: Cambridge University Press.

Nelson, J. L. (2019). *King and Emperor: A New Life of Charlemagne*. Londres: Allen Lane.

Nkrumah, K. (2018). *Consciencism*. LA: Monthly Review Press.

Ó Corráin, D. (2010). L'Irlanda e gli irlandesi nell'alto Medioevo: Spoleto, 16-21 aprile 2009 (1. ed). *Settimana di studio L'Irlanda e gli irlandesi nell'alto Medioevo*, Spoleto. Presso la sede della Fondazione.

O'Brien, C. (2020). Chosen Peoples and New Israels in the Early Medieval West. *Speculum*, 95(4), 987–1009.

Painter, N. I. (2010). *The history of White people*. NY: W.W. Norton.

Paula, M. de F. de. (2009). A formação universitária no Brasil: Concepções e influências. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 14(1), 71–84.

Platt, G. (2017). New UKIP leader Henry Bolton says “we mustn’t let Anglo-Saxon British culture die”. *Talk Radio*. <https://talkradio.co.uk/news/new-ukip-leader-henry-bolton-says-we-mustnt-let-anglo-saxon-british-culture-die-17100419330>

Pollock, F., & Maitland, F. W. (2010). *The history of English law before the time of Edward I*. Londres: Liberty Fund.

Quijano, A. (2007). Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, 21 (2–3), 168–178.

Richardson, R. D. (2007). *William James: In the Maelstrom of American Modernism*. Chicago: Mariner Books.

Robinson, C. J. (2000). *Black marxism: The making of the Black radical tradition*. NY e Londres: University of North Carolina Press.

Roediger, D. R. (2007). *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class*. NY: Verso.

Silva, Renato Rodrigues da.

A Idade Média entre historiografia, ocidente e branquitude: o caso do Anglo-Saxonismo
www.revistarodadafortuna.com

Roediger, D. R. (2018). *Working Toward Whiteness: How America's Immigrants Became White: The Strange Journey from Ellis Island to the Suburbs* (Reprint edição). Washington: Basic Books.

Saal, B. (2013). How to Leave Modernity Behind: The Relationship Between Colonialism and Enlightenment, and the Possibility of Altermodern Decoloniality. *Budhi: A Journal of Ideas and Culture*, 17(1).

Said, E. W. (1994). *Culture and imperialism* (1st Vintage Books ed). Londres: Vintage Books.

Said, E. W. (2010). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* (R. Eichenberg, Trad.). São Paulo: Companhia do Bolso.

Scheil, A. (2004). *The Footsteps of Israel: Understanding Jews in Anglo-Saxon England*. Indiana: University of Michigan Press.

Silva, K. N. da, & Catani, D. B. (2020). História das práticas de avaliação e ensino na USP: Marcas da missão francesa na educação universitária paulista. *Cadernos de História da Educação*, 19(3), 837–855.

Smith, L. T. (2012). *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples* (2a edição). NY: Zed Books.

Smith, L. T., Tuck, E., & Yang, K. W. (Orgs.). (2018). *Indigenous and Decolonizing Studies in Education: Mapping the Long View* (1a edição). NY: Routledge.

Smyth, A. P. (1998). The Emergence of English Identity, 700–1000. In A. P. Smyth (Org.), *Medieval Europeans* (pp. 24–52). NY e Londres: Palgrave Macmillan UK.

Sodré, N. W. (2002). *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Graphia.

Spivak, G. C. (2018). *Pode o Subalterno Falar?* (1a edição). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Steele, B. (2015). *Thomas Jefferson and American Nationhood*. Cambridge: Cambridge University Press.

Stenton, F. M. (2001). *Anglo-Saxon England* (Third Edition). Oxford: Oxford University Press.

Vernon, M. X. (2018). *The Black Middle Ages Race and the Construction of the Middle Ages*. NY e Londres: Palgrave Macmillan.

Silva, Renato Rodrigues da.

A Idade Média entre historiografia, ocidente e branquitude: o caso do Anglo-Saxonismo
www.revistarodadafortuna.com

Wood, I. (2016). *The Modern Origins of the Early Middle Ages* (Reprint edição). Oxford: OUP.

Wormald, P. (1994). Engla Lond: The Making of an Allegiance. *Journal of Historical Sociology*, 7(1), 1–24.

Young, H. (2015a). Whiteness and Time: The Once, Present, and Future Race. In A. C. Montoya, K. Fugelso, & V. Ferré (Orgs.), *Studies in Medievalism XXIV: Medievalism on the Margins* (pp. 39–50). Ontario: Boydell & Brewer.

Young, H. (2015b). *Race and Popular Fantasy Literature: Habits of Whiteness*. NY: Routledge.

Recebido: 20 de janeiro de 2021

Aprovado: 04 de maio de 2021